



Roberto Mangabeira Unger

Com agudeza rara, ele põe o governo e o país a nu, usando a firmeza dos convictos e a certeza dos apaixonados.

Mente privilegiada, propõe ao brasileiro a busca da grandeza e o abandono da mediocridade.

Entrevistadores: José Arbex Jr., Nicodemus Pessoa, Leo Gilson Ribeiro, Marina Amaral, Marco Frenette, Sérgio Pinto de Almeida, Roberto Freire, Sérgio de Souza.

o pensador da esperança

Sérgio de Souza - O senhor se desagrada quando perguntam sobre a sua infância, estudos iniciais, família, o começo de sua história pessoal?

Roberto Mangabeira Unger - Não. Nasci no Rio de Janeiro. Minha mãe, filha de Otávio Mangabeira, havia casado com meu pai, que era cidadão americano, durante o último exílio do meu avô, nos Estados Unidos, no final da Segunda Guerra Mundial. Meus pais estavam visitando o Brasil, quando meu pai sofreu um enfarte grave e teve de permanecer aqui durante muito tempo, e nasci durante esse período. Em seguida, meus pais me levaram, junto com minha irmã, para Nova York, onde cursei a escola primária, até a morte do meu pai, que aconteceu quando eu tinha dez anos de idade. Nessa época eu já costumava passar as férias de verão com meu avô, que no final de vida política era senador – e eu passava o mês de junho no Rio de Janeiro, indo com ele ao Senado, e com ele chegava à Bahia sempre no dia 1º de julho, às vésperas do desfile de 2 de julho, quando a Bahia comemora sua independência. Então, desde a infância, tive muito vivo na imaginação o contraste entre essas duas sociedades e essas duas culturas, a americana e a brasileira. Quando meu pai morreu, minha mãe nos trouxe de volta ao Brasil, e fiz o último ano do curso ginásial e depois o colegial, chamado então curso clássico, no Rio de Janeiro, no Colégio Santo Inácio. E me formei na Faculdade Nacional de Direito, da antiga Universidade do Brasil. Em seguida, fui aos Estados Unidos, para a Universidade de Harvard, com a intenção de passar apenas um ano de estudos de mestrado. Mas esse foi o ano, 1970, em que as coisas fecharam no Brasil. Minha irmã foi presa, era da oposição revolucionária à ditadura militar, e muitos dos meus amigos também. Eu não podia e não queria voltar, e em Harvard logo me convidaram a ensinar. Então comecei a ensinar em Harvard, com 22 anos de idade. Era mais jovem do que quase todos os meus alunos.

Sérgio Pinto de Almeida - Ensinava o que, professor?

Roberto Mangabeira Unger - Ensinei na Faculdade de Direito cursos de teoria política e jurídica. E pensamento social, na Faculdade de Artes e Ciências. Quando voltei ao Brasil, com dez anos de idade, tive um grande choque com a escola, porque era uma escola puramente informativa e que ocupava poucas horas do dia. A gente ia de manhã e voltava antes do almoço. E logo vi que a escola tinha de ser encarada como um acontecimento social, como um encontro com o *Zeitgeist*, e não como um episódio educativo, e que eu teria de tratar de me educar dentro da tradição brasileira do autodidatismo. E aí comecei a encomendar livros dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha. Chegou um dia em que recebi um telegrama do inspetor geral da alfândega no Rio de Janeiro, informando que a frequência com que eu recebia livros indicava que eu era um comerciante não cadastrado no Ministério da Fazenda. (risos) E que portanto os livros seriam confiscados pelas autoridades.

Sérgio Pinto de Almeida - Uma espécie de contrabandista...

Roberto Mangabeira Unger - Aí visitei o inspetor geral, que me disse que eu não tinha necessidade de importar aqueles livros, porque na biblioteca dele só havia livros no idioma pátrio, que certamente me bastariam também. (risos) Então, esse foi um período em que fiquei crescentemente isolado, como acho que seja o destino da pessoa que tenta se educar no Brasil. E quando fui para Harvard foi uma grande libertação, porque de repente encontrei um ambiente em que as pessoas estavam lá, fisicamente, espiritualmente, havia gente com quem conversar. E me lancei numa série de projetos teóricos. A atitude dos americanos era muito aberta. Em Harvard não sabiam se eu era uma pessoa séria, se teria uma obra significativa ou não, mas a atitude básica deles era: "Somos muito ricos, muito poderosos, muito seguros, podemos nos dar ao luxo de correr riscos". Então eu era tratado como um visitante de

Sérgio Pinto de Almeida - **Ensinava o que, professor?**

Roberto Mangabeira Unger - Ensei na Faculdade de Direito cursos de teoria política e jurídica. E pensamento social, na Faculdade de Artes e Ciências. Quando voltei ao Brasil, com dez anos de idade, tive um grande choque com a escola, porque era uma escola puramente informativa e que ocupava poucas horas do dia. A gente ia de manhã e voltava antes do almoço. E logo vi que a escola tinha de ser encarada como um acontecimento social, como um encontro com o *Zeitgeist*, e não como um episódio educativo, e que eu teria de tratar de me educar dentro da tradição brasileira do autodidatismo. E aí comecei a encomendar livros dos Estados Unidos, da Inglaterra, da Alemanha. Chegou um dia em que recebi um telegrama do inspetor geral da alfândega no Rio de Janeiro, informando que a frequência com que eu recebia livros indicava que eu era um comerciante não cadastrado no Ministério da Fazenda. (*risos*) E que portanto os livros seriam confiscados pelas autoridades.

Sérgio Pinto de Almeida - **Uma espécie de contrabandista...**

Roberto Mangabeira Unger - Aí visitei o inspetor geral, que me disse que eu não tinha necessidade de importar aqueles livros, porque na biblioteca dele só havia livros no idioma pátrio, que certamente me bastariam também. (*risos*) Então, esse foi um período em que fiquei crescentemente isolado, como acho que seja o destino da pessoa que tenta se educar no Brasil. E quando fui para Harvard foi uma grande libertação, porque de repente encontrei um ambiente em que as pessoas estavam lá, fisicamente, espiritualmente, havia gente com quem conversar. E me lancei numa série de projetos teóricos. A atitude dos americanos era muito aberta. Em Harvard não sabiam se eu era uma pessoa séria, se teria uma obra significativa ou não, mas a atitude básica deles era: "Somos muito ricos, muito poderosos, muito seguros, podemos nos dar ao luxo de correr riscos". Então eu era tratado como um visitante de

Marte, um emissário da Pérsia, do Império Bizantino (*risos*), mas por conta disso tinha toda a liberdade, e realmente comecei a desenvolver um projeto teórico que divergia radicalmente da cultura que eu encontrava, e especificamente na Faculdade de Direito acabou havendo um período de conflito intelectual crescente. Nos Estados Unidos, o direito não é uma especialidade acadêmica. O direito é o centro da cultura de elite. As questões políticas são representadas como questões jurídicas. E as faculdades de direito da elite são os grandes formadores da elite não só jurídica, mas também política e empresarial do país. E o que aconteceu durante os primeiros dez anos da minha permanência lá é que a cultura jurídica, política, de consenso nessas faculdades de direito foi subvertida. E elas se tornaram um centro muito vivo de debates políticos, a tal ponto que a confusão ideológica lá acabou atraindo o interesse dos grandes jornais americanos, como o *Wall Street Journal* e o *The New York Times*, que começaram a fazer campanha contra a subversão nas faculdades de direito. Porque era uma coisa estranha que no centro de formação da elite americana houvesse tanta confusão e tanta rebeldia. E isso provocou uma tentativa de reenquadrar as faculdades de direito, sobretudo a nossa de Harvard, e trazê-las de volta para o centro do espectro ideológico americano.

Marco Frenette - **E o seu trabalho nessa fase?**

Roberto Mangabeira Unger - A minha obra teórica, nesse período, teve dois grandes temas, vinculados um ao outro. Um tema era a tentativa de desenvolver uma forma de pensamento social que oferecesse uma alternativa radical ao marxismo. O marxismo é, de um lado, uma teoria libertária, mas de outro é uma teoria que carrega a bagagem do determinismo histórico. E é a parte determinista, a crença em leis, e na transformação histórica regendo uma seqüência de sistemas institucionais indivisíveis, que se tornou cada vez mais inverossímil. Então, a tarefa do pensamento crítico contemporâneo é li-

bertar o impulso crítico dessa bagagem determinista que o cerca. E essa foi a minha idéia, desenvolver um tipo de pensamento social que expusesse a contingência radical das instituições contemporâneas. A tendência dos pensadores sociais modernos é associar o esforço de ultrapassar o determinismo, ao movimento agnóstico. Quer dizer, não acreditar em leis históricas e cair num agnosticismo particularista. Procurei mostrar o oposto – que, se radicalizarmos na direção dessa idéia da contingência, chegamos não ao agnosticismo, ao niilismo, mas a uma outra maneira de compreender as coisas. Esse tema, no meu pensamento, era vinculado a outro, que era a tentativa de desenvolver um conjunto de idéias sobre as instituições, e as instituições alternativas. O ideológico no mundo está mudando de enfoque. O velho conflito entre privatismo e estatismo está sendo substituído por outro conflito, que é o conflito sobre as formas alternativas do pluralismo político, econômico e social. O que existe agora no Atlântico Norte, por exemplo, é um funil de possibilidades institucionais decrescentes, sustentando um determinado tipo de civilização caracterizada por um nível muito baixo de mobilização política, por uma idéia de que a política precisa se tornar pequena para que as pessoas possam se tornar grandes. E por uma divisão econômica e social muito grande entre os setores avançados e os setores atrasados. Entre uma vanguarda que cria e produz quase tudo, e uma imensa retaguarda onde continua aprisionada a maioria das pessoas. Então, no meu pensamento social, procurei demonstrar que este tipo de civilização não é o destino necessário e natural da humanidade, representando apenas uma possibilidade histórica, que procurei então relativizar em nome de outras possibilidades. Aí entra o compromisso com o Brasil, porque a mim, desde a infância, parecia que o Brasil era uma sociedade ainda amorfa, não cristalizada, com uma grande vitalidade confusa, ainda não encaixada dentro desse universo de possibilidades restritas. Isso era no meu imaginário de criança. Uma das grandes atrações do Brasil estava associada à amizade muito próxima com meu avô, Otávio Mangabeira.

Sérgio de Souza - **O senhor podia falar um pouco sobre seu avô?**

Roberto Mangabeira Unger - Meu avô foi ministro das Relações Exteriores do governo Washington Luís, colega de Getúlio Vargas, que era ministro da Fazenda. Em seguida, ia se posicionar contra Vargas, e aí viveu um longo período de prisões, exílios, lutas interrompidas pelo intervalo constitucionalista, entre 34 e 37, quando voltou ao Brasil. Representava uma coisa muito especial para mim como criança, era um homem intensamente engajado mas que não se rendia aos valores mundanos. E tinha esse carisma interior, essa mágica do compromisso, da crença, da idéia da vida como despojamento e devoção. Acho que essa idéia moral combinou, no meu imaginário de criança, com a experiência do Brasil como vida, como vitalidade. Isso era para mim irresistível. Daí que, a partir do momento em que o regime militar deu os primeiros sinais de afrouxamento, procurei um pretexto para me licenciar de Harvard, consegui que Ulysses Guimarães me convidasse para seu chefe de assessoria do MBD, e me larguei para Brasília. Quando cheguei lá, verifiquei que não havia assessoria nenhuma. Era uma bagunça completa, (*risos*) não tinha estrutura, não tinha salário. E iniciei esse contato com a classe política brasileira, uma tarefa de formulação e proselitismo de idéias, e um reencontro com o Brasil. Vivi aquela época de extinção dos partidos. Conspirei para ajudar a formar o PMDB. Imaginávamos o PMDB como uma convergência entre o centro progressista e a esquerda, contra o projeto do general Golbery, que era isolar a esquerda e fazer com que os liberais progressistas ficassem com centro e direita. Voltei para Harvard, e depois tive um segundo momento de engajamento no Brasil, quando trabalhei com Leonel Brizola, chefeei uma fundação que assistia a crianças carentes no Rio de Janeiro, e até, em determinado momento, fui candidato a deputado federal pelo Rio de Janeiro. Um episódio simbólico, uma campanha de seis semanas, não tinha nem automóvel com que me deslocar. E fiz campanha só nas favelas e na Baixada Fluminense. Ia fazer minhas palestras, e algumas vezes os meus voluntários não queriam me acompanhar a determinadas favelas. (*risos*) Me lembro, eu subindo com meus panfletos programá-

ticos, e jovens descendo às vezes com metralhadoras, e me perguntando “Onde estão as camisetas?” Esse era o ambiente. Era uma coisa absurda. (risos) Agora, o interessante é o seguinte: abertas as urnas, quase ganhei. Lá nas favelas ou na Baixada não recebi quase nenhum voto, recebi voto nos bairros de classe média, Botafogo, Flamengo, onde eu nem tinha aparecido. (risos)

Sérgio Pinto de Almeida - **No Leblon...** (risos)

Roberto Mangabeira Unger - No Leblon, não, não era a *radical chic*, era a velha classe média, seqüela de Rui Barbosa, intransigente, inconformada, que lá deu o voto. E eu poderia ter ganho a eleição! É uma experiência interessante, porque demonstra que as coisas no Brasil são mais abertas do que parecem ser. Estou convencido, e ainda mais agora, depois desse engajamento atual, de que a aparência de uma situação fechada, intransformável é só por fora, que dentro não é assim. E que há muitas maneiras de penetrar esse sistema e começar a mudá-lo. Agora estou morando há um ano e meio em São Paulo. E esse é o terceiro período mais longo meu de engajamento no Brasil, em que apoiei o Ciro Gomes candidato à presidência e passei uma grande parte do meu tempo viajando pelo país. Dando palestras em universidades, escolas, sindicatos, igrejas, associações profissionais, tentando ajudar a levantar uma discussão sobre as alternativas nacionais. Na verdade, digo com toda a franqueza, o meu objetivo primordial não era transformar o Brasil. Esse é o meu segundo objetivo. O primeiro era e é transformar-me a mim mesmo. Eu estava lá em Harvard, em uma situação completamente segura, como que vestindo uma couraça, achando que nada podia me acontecer. Quando comecei a escrever e as pessoas atacavam as minhas idéias, eu me aborrecia. Agora, quando as pessoas atacam as minhas idéias, não sinto nada. Era uma situação em que “nada pode me acontecer”, e isso é a morte. Então, a primeira tarefa é continuar a viver, e para viver é preciso tirar a couraça, e para mim a forma mais eficiente e rápida de tirar a couraça é vir ao Brasil, onde há uma

des filósofos, começando com *A República*, de Platão. E isso me despertou muito cedo a paixão filosófica. E o que essas duas experiências têm em comum é que eram experiências subversivas da idéia da rotina, da idéia da pequenez. Elas apresentavam à criança a idéia da grandeza, que hoje estou convencido ser o que mais falta ao Brasil. A democracia é a doutrina da grandeza da pessoa comum. E o projeto nacional depende da idéia da grandeza coletiva. O grande problema moral que temos é sempre a relação entre a idéia da lealdade, da solidariedade, da comunidade, de um lado, e a idéia da grandeza. Esses dois ideais estão em tensão um com o outro, mas um é transformado e elevado pelo outro. E de alguma forma essa experiência existencial que estou descrevendo me parece ser o grande impulso motivador da minha obra teórica.

Marina Amaral - **Como o senhor vê um processo de construção de alternativas no Brasil?**

Roberto Mangabeira Unger - Os grandes países continentais marginalizados, que são hoje a China, a Rússia, a Índia, a Indonésia e o Brasil, são o teatro privilegiado para a construção de uma alternativa. Qual é a situação política no Brasil? Acho que na história do Brasil sempre houve dois grandes partidos. Eu chamaria o partido da onda e o partido da mensagem. O partido da onda é o partido que aderiu à onda. Há uma onda no mundo. A onda é a correlação de forças sustentada pelas potências hegemônicas da época. O partido da onda aceita a inserção subalterna do país ao esquema hegemônico. Quando o Brasil é governado pelo partido da onda, como geralmente tem sido, o presidente é um Campos Sales e o chefe no Congresso é um Pinheiro Machado, exatamente como ocorre hoje. O partido da mensagem é o partido de Rui Barbosa, Benjamim Constant. Não basta nos encaixar dentro de uma posição subalterna desse sistema comandado de fora. Então, a idéia é: “Vamos ser livres, copiando as instituições econômicas do capitalismo anglo-saxão. Vamos alcançar os resultados dele pelos caminhos dele”. Não há

“Esta última tentativa das elites de imitar soluções que vêm de fora está prestes a malograr”

longa seqüência de desapontamentos, surpresas, baques, onde é necessário se expor ao ridículo, perder a respeitabilidade. Acredito que a pessoa só pode servir a um objetivo histórico, sem mistificação, sem desumanidade, se esse objetivo está ligado a uma coisa interior, a uma tentativa de autotransformação. E é assim que tenho encarado esse período de engajamento. Agora, preciso dizer que, depois desse período, sinto uma confiança muito grande. Acho que o Brasil vai ser um grande país. Não porque o povo brasileiro quer ser original, porque ele não quer ser, mas porque ele é original. E que há uma energia imensa, desorientada no país, que não encontra o seu veículo. As elites brasileiras estão agora vivendo mais um momento da tentativa de imitar as soluções que vêm de fora. E essa última tentativa está prestes a malograr.

Nicodemus Pessoa - **Essa relação com o senador Otávio Mangabeira, seu avô, é que despertou-o para a política?**

Roberto Mangabeira Unger - Tive duas grandes inspirações quando criança. Uma era esse contato com meu avô, que não era tanto a política, política era coisa secundária. Era a idéia de que o indivíduo transcende a sua circunstância. Essa idéia de que é possível ser grande. Que a grandeza não é uma fantasia bonapartista, que a grandeza pode ser humanizada. Ela pode ser uma coisa tangível. Ela depende da vontade de despojamento e de enfrentamento. A outra grande inspiração é que minha mãe, quando eu tinha seis, sete anos, começou a me ler sistematicamente em casa traduções das obras dos gran-

alternativa além do caminho da originalidade. Num país tão dividido e hierárquico como o nosso, para ter mensagem é preciso ter conflito. E aí é que vem o outro problema do partido da mensagem no Brasil: o de que qualquer transformação estrutural possa ocorrer sem combinar a negociação entre as minorias organizadas e a mobilização das maiorias desorganizadas.

Nicodemus Pessoa - **O senhor falou de três momentos. Primeiro veio a convite de Ulysses Guimarães, e teve uma breve convivência com o PMBD, que me parece foi decepcionante. Voltou para Harvard, e tempos depois houve a relação política com o Brizola.**

Wagner Nabuco - **Deixa eu encaixar uma coisinha. O Brizola é partido da mensagem ou partido da onda?**

Roberto Mangabeira Unger - Julgo que o PTB, o antigo trabalhismo antes de 64, não esse PTB atual, foi justamente uma cunha nessa dicotomia desastrosa entre o partido da onda e o partido da mensagem. Logo antes do golpe de 64, o partido trabalhista estava prestes a se tornar o partido dominante no país. Não só no plano político mas também no plano da ascendência ideológica. Essa trajetória foi cortada antes que ele pudesse completá-la. Não chegou a desenvolver uma proposta clara de alternativa institucional, mas ao menos avançou no caminho de uma luta mobilizadora que pudesse sustentar a rebeldia nacional. Pelo menos o PTB estava disposto a não copiar. Ainda que não soubesse como fazer. Esse foi um dos motivos do meu interesse pelo Brizola, porque ele era lega- ▶

o pensador da esperança

tário dessa tradição social. Mas o Brizola, como todos os políticos da direita à esquerda, aderiu ao discurso que continua a dominar a vida política brasileira, o discurso de lamentação social. A lengalenga de lamúrias mostrou-se incapaz de mudar o país. Mudança só pode haver com um projeto específico de mudança institucional cumulativa e com disposição para juntar a mobilização dos desorganizados à negociação entre os organizados.

Nicodemus Pessoa - E como o senhor vê o PT nesse quadro? Estaria mais apto a promover a mudança do que o PDT? Há possibilidade de união entre esses partidos e, em geral, a união na esquerda?

Roberto Mangabeira Unger - O PT e o PDT encarnaram politicamente duas partes do país e duas sensibilidades políticas. De um lado, o Brasil organizado da sociedade civil e do operariado que trabalhava na indústria intensiva de capital e a pequena burguesia radicalizada do setor público. Enquanto que o PDT se voltou mais para a massa amorfa que é o grande enigma brasileiro. Sustento há muito tempo que essas duas vertentes da esquerda se deixaram espelhar numa divisão que teriam por tarefa superar. E que há muito tempo essa divisão perdeu a razão de ser. Hoje, essa divisão sustenta-se através de preconceitos e rivalidades menores. No segundo turno da eleição presidencial que elegeu Fernando Collor, eu, apaixonadamente, defendi o apoio do PDT ao Lula. Mas há algum tempo estou convencido de que a candidatura de Lula, de parte da solução, se transformou em parte do problema. Na última eleição, a candidatura de Lula foi como que o cimento do PT. Desesperançado de ganhar a eleição presidencial, o PT subordinou a possibilidade de criar uma estratégia arrojada ao desejo de evitar o aguçamento das lutas internas e à preocupação de eleger uma grande bancada que mantivesse o seu papel liderante dentro das oposições. Tentei tudo para persuadir os líderes dos partidos de esquerda a apoiar um candidato presidencial de fora dos quadros da esquerda. Fosse Ciro Gomes ou outro, embora entendesse que o Ciro reunia as melhores condições pessoais e políticas para desempenhar esse papel naquele momento, e não consegui. Se essa opção não frutificasse, a segunda preferência seria que o PT adotasse outro candidato, como o Tarso Genro, com a dupla vantagem de dar renovação interna ao PT e de abrir espaço para uma segunda candidatura oposicionista. Também não funcionou, acabou prevalecendo a pior opção, a escolha de Lula como candidato que não podia ganhar mas que ajudava a bloquear o espaço da segunda candidatura oposicionista.

José Arbex Jr. - O senhor é capaz de defender com paixão suas próprias idéias, mas isso transportado para o político não fica perigoso ?

Roberto Mangabeira Unger - Não defendo um romantismo político. Defendo uma trajetória específica de mudanças institucionais, como está nos meus escritos. Acredito que não é possível haver mudanças estruturais na sociedade, mudanças que caminhem na direção da superação do dualismo econômico-social – essa divisão rígida entre vanguardas e retaguardas produtivas – sem haver uma política organizada para elevar o nível de engajamento cívico, e para facilitar a aceleração das reformas. A política que existe nos Estados Unidos, por exemplo, foi organizada para desacelerar as transformações. O constitucionalismo de estilo americano foi desenhado não só para fragmentar o poder, senão também para produzir uma espécie de equivalência entre a dificuldade – o número de obstáculos constitucionais que um projeto político tem de transpor – e o seu arrojado transformador. Quanto mais arrojado, mais difícil transpor os obstáculos. Um democrata hoje tem de preservar o primeiro objetivo, que é a descentralização ou fragmentação do poder, mas repudiar o segundo, que é esse mecanismo constitucional desenhado para desacelerar a política. Por isso defendo o conjunto de soluções institucionais destinadas a elevar o nível de mobilização política e, ao mesmo tempo, romper rapidamente os impasses. Dou dois exemplos. A medida mais importante para elevar o nível de engajamento cívico num país como o Brasil, hoje, é simplesmente o financiamento público das campanhas eleitorais, que mais do que qualquer outra coisa diminuiria a influência do dinheiro sobre

a política. E a segunda medida é quebrar os oligopólios de mídia. O exemplo prático de soluções constitucionais para acelerar as reformas é mudar o presidencialismo, equipar o regime presidencial de mecanismos para resolução pronta dos impasses. Por exemplo, dando, tanto ao Congresso quanto ao presidente, o poder de convocar unilateralmente eleições antecipadas para ambos os poderes quando houver um impasse entre eles sobre propostas de reforma. E cito essas idéias como exemplos de uma preocupação geral. Na história do pensamento moderno, a concepção de mudanças estruturais está associada, como no marxismo, à idéia de mudanças sistêmicas. Quer dizer, é tudo ou nada. Muda tudo de uma vez. É o capitalismo ou é o socialismo. Na verdade, as instituições não mudam de uma vez. Mudam fragmentariamente. E o que importa é a direção cumulativa de uma mudança.

Marco Frenette - Em relação à idéia da grandeza e às reformas políticas no Brasil, como entra no pensamento social do senhor a nossa extensão territorial e culturas diferentes? Há até grupos miúdos pelo país defendendo o separatismo....

Roberto Mangabeira Unger - De todos os problemas regionais que temos no plano político, o mais importante é a relação de São Paulo com a federação. Entre as capitais mais oposicionistas do país hoje estão Porto Alegre e Fortaleza. E isso é uma exemplo dramático

de como, nas cidades em geral, o sentimento oposicionista se aprofundou. A busca de uma alternativa nacional e a disposição para viver um momento de afirmação nacional. A grande exceção é São Paulo. Foi São Paulo que colocou Fernando Henrique Cardoso na presidência da República e evitou um segundo turno. Então, o Brasil tem um problema aqui. São Paulo exerce um poder decisivo dentro da federação, está ambivalente sobre o Brasil, não sabe se acredita no Brasil como um grande país, um país rebelde, ou se acredita que ele, São Paulo, é uma espécie de ponte entre o Brasil atrasado e a Europa, os Estados Unidos. Isso é que temos de mudar, temos de resolver esse problema.

Marco Frenette - Quais seriam as vias possíveis para começar a resolver esse problema? Mudanças com relação ao poder da União?

Roberto Mangabeira Unger - A solução desse problema, da relação de São Paulo com a federação, está ligada à solução de outro problema, que é a relação entre o social e o produtivismo. São Paulo só vai atrás de uma solução produtivista porque é isso que caracteriza São Paulo como realidade econômica e como cultura política. E o que tem acontecido no Brasil é que o social tem sido apresentado como uma espécie de presente que o Estado dá aos brasileiros, na

forma de um bônus sobre a produção. Então, o que acontece é que a Sudene, por exemplo, é a política da União em conluio com a oligarquia política do Nordeste, e os paulistas acham que eles é que pagam. Eles estão produzindo e estão pagando essa conta de caridade pública. Isso é uma forma de social que não funciona. O verdadeiro social é o que está ancorado numa estratégia produtivista. Quando tivermos um social ancorado numa estratégia produtivista, teremos um social aceitável a São Paulo. Por isso que os dois problemas estão ligados. Hoje, no Brasil, isso tem uma cara muito específica, que é a seguinte: qual o problema básico que o país está vivendo, reduzido aos seus termos mais simples? De um lado há uma política financeira, antiprodutiva, em que a idéia é "vamos equilibrar as contas públicas." Por quê? Porque é isso que os mercados financeiros impõem, e o Departamento do Tesouro americano quer, e os bancos em Wall Street exigem. Embora tenha muito pouco a ver com o detonador imediato da nossa crise, que é um desequilíbrio das contas externas. Então, a idéia é buscar a confiança a qualquer preço. Os mercados querem cortar os braços do Estado? Então vamos cortar as pernas do país para poder cortar os braços do Estado, vamos ter uma política financeira de recessão radical, implantada no meio de uma recessão já em curso. E de outro lado há uma rebelião produtiva, liderada

pelos grandes empresários de São Paulo. Este protesto produtivista aparece no país como se fosse uma reivindicação clientelista. E o que querem os grandes empresários de São Paulo? Querem dinheiro barato no balcão do BNDES, que ninguém mais no Brasil tem, só eles. Querem proteções tarifárias, como tiveram no passado, com a conta paga pelos outros brasileiros. Então, o país parece que está obrigado a escolher entre o financismo que representa uma política de terra arrasada e um produtivismo casuístico clientelista. E é uma opção intolerável. O que o país urgentemente precisa é de um produtivismo que seja ao mesmo tempo radicalmente descentralizador de acesso às oportunidades e aos recursos produtivos. Esse produtivismo alternativo é que representaria a tal ancoragem do social na economia. E que ao mesmo tempo pode reconciliar São Paulo com a federação.

Nicodemus Pessoa - Nesse contexto então, o senhor parece favorável à guerra fiscal. É um direito dos Estados mais pobres oferecer subsídios para atrair empresas?

Roberto Mangabeira Unger - Guerra fiscal não funciona. É uma prática autodestrutiva. A solução para a quebra dessa falsa escolha entre o *lobby* e o financismo tem um conteúdo muito simples: primeiro, mudar o padrão de financiamento do Estado. Tributar o consumo

— ainda que no início uma tributação regressiva dá muito dinheiro ao Estado. Vale dizer, um ajuste fiscal enriquecedor do Estado, não empobrecedor do Estado. Segundo, mobilizar os recursos nacionais, organizando uma poupança privada compulsória e reorganizando a relação entre a poupança e a produção. Hoje, a maioria da poupança se dissipa, se desperdiça no cassino financeiro. É preciso organizar fundos que, fora das bolsas de valores, recebam essa poupança compulsória e invistam em empreendimentos emergentes. Terceiro, desvincular o equilíbrio externo da política interna dos juros e das moedas, e o caminho é adotar o regime de câmbio flutuante. Para ter poder político de forma a usar a política da moeda e dos juros em prol do crescimento e do emprego. Quarto, organizar um produtivismo descentralizador, voltado para os pequenos e médios empresários, descentralizando radicalmente o acesso ao crédito, à tecnologia e aos mercados. Organizando os pequenos e médios empresários, assim como nos países ricos se organizou a agricultura de padrão familiar por meio de uma aliança entre o poder público e a pequena iniciativa privada. E, quinto, ter um política de sustentação do poder aquisitivo que corresponda a esse ímpeto produtivista. E a forma com menor risco inflacionário de fazer isso é generalizar a

participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, e ao mesmo tempo iniciar um projeto maciço de obras públicas voltado para a transformação do cenário físico da vida popular no Brasil. Quer dizer, casas populares, hospitais, escolas. Essa alternativa não é milagreira, não é uma coisa mística ou radical. É apenas o bom senso organizado. É o primeiro passo para entrar numa trajetória de democratização e desenvolvimentismo.

Wagner Nabuco - Mas, professor, que forças sociais têm poder para tocar um negócio desses?

Roberto Mangabeira Unger - Eu viro essa pergunta de cabeça para baixo. Digo o seguinte: no Brasil, pela influência do pensamento sociológico e marxista tradicional, estamos acostumados a pensar que o Estado, o governo representa os grandes interesses. Sabe qual é o mistério político maior no Brasil hoje? É que o governo brasileiro deixou de representar qualquer grande interesse organizado do país. Os grandes empresários paulistas com quem estou conversando se julgam vítimas da política desse governo. A classe média está desesperada, sem escola pública, hospital público, transporte público...

José Arbex Jr. - O ACM não representa nada ?

Roberto Mangabeira Unger - É uma boa pergunta, vamos então por aí. Por que o PFL dá cobertura política a essa política financeira?

de afirmação nacional. Então, para que esse caminho alternativo se abra, o Brasil tem de ingressar num período de afirmação nacional. E isso é que é em tudo contrário às premissas e atitudes que se generalizaram no Brasil nos últimos anos.

Sérgio Pinto de Almeida - Professor, a sua inquietude intelectual e a veemência com que aborda os temas me é muito agradáveis, pensando justamente na pasmaceira da universidade brasileira, da academia. No entanto, a sua aproximação com o Ciro Gomes me causou espanto, porque vejo o Ciro Gomes como um Enéas Mauricinho. A ida dele para o PPS é como se o Lula fosse para o PFL. Um oportunismo, para marcar uma posição dentro do quadro partidário, uma legenda de ocasião. Pela trajetória que construiu, ele não passa uma preocupação real de mudança da correlação de forças, de querer mexer mesmo...

Roberto Mangabeira Unger - Não concordo...

Sérgio Pinto de Almeida - Eu queria saber se estou completamente equivocado e se isso não criou desgastes para o senhor?

Roberto Mangabeira Unger - Começando pelo lado dos desgastes, não sei o que me cria desgastes no Brasil. Parto do princípio de que tudo o que faço é desgaste. (risos) Discordo completamente da sua apreciação do Ciro Gomes e do significado da atuação política

“O salvamento financeiro do Estado implica enfrentar o *lobby* mais forte hoje: o dos credores internos”

É por que acredita nela ideologicamente? É porque tem vínculos orgânicos com o Larry Summers do Departamento do Tesouro ou o Bill Rhodes, do City Bank? Não, é por uma razão puramente circunstancial, porque, do ponto de vista do PFL, a equipe econômica atual, esses tecnocratas neocoloniais, ocupa o espaço que de outra forma seria ocupado pelo PSDB e por São Paulo. E, ao mesmo tempo, porque eles criam um ambiente de complacência com a liberação total de verbas necessárias à reprodução do poder político local. Sustento o oposto. Sustento que a situação atual é extremamente frágil porque não há esses vínculos orgânicos entre o governo e os grandes interesses. Os grandes interesses estão à busca de outro caminho. A tendência, o desfecho para a solução atual mais provável agora é o seguinte: o presidente promete 100 por cento aos americanos, cumpre 50 por cento e, com o dinheiro liberado pelos 50 por cento da mentira, joga o osso para o *lobby* dos grandes empresários de São Paulo. E aí tem duas possibilidades. Uma é que a solução, o salvamento estrangeiro, estanque a sangria das reservas, embora não resolva o problema interno. Aí o país entra num período de mediocridade duradoura, de lenta agonia. A outra possibilidade é que não aconteça nem isso. Que a fuga das reservas continue, como está continuando até agora, e a crise se precipite. E qual a atitude do presidente? A atitude do presidente é: “Vamos deixar tudo como está pra ver como é que fica”. Se se salvar da crise das reservas, tudo bem, aí continuamos e jogamos aquele osso para o *lobby* produtivista. Se não se salvar, aí sim pode haver uma mudança. Mudança só com ruína, como diz o poeta. A ruína tem de vir primeiro. Esse é o quadro.

José Arbex Jr. - E a conversa com o Lula? O FHC está cooptando o PT para isso aí?

Roberto Mangabeira Unger - Julgo que há uma ansiedade crescente no governo, uma percepção já generalizada de que essa política malogrou. Que pode ser que essa crise definitiva e o colapso das reservas se precipitem nos próximos seis meses, e estão buscando uma saída. É simplesmente isso. Agora, a saída, para viabilizar-se, precisa ter um conteúdo. O conteúdo não pode ser só a desvalorização do câmbio. O conteúdo é o começo de um caminho econômico alternativo. E esse caminho só pode ser trilhado dentro de um clima

dele. E digo duas coisas, uma sobre a política em geral, e outra pessoalmente sobre o Ciro. Primeiro, temos de conseguir uma alternativa nacional democratizante desenvolvimentista, que seja aceitável por uma grande parte do empresariado e pela classe média. O PT, a meu ver, é um instrumento insuficiente para a execução dessa tarefa. O PT está preso ainda a um vínculo não resolvido com a parte organizada do país. Quando debato com os petistas e reivindico que eles quebrem esse vínculo com os interesses corporativos da aristocracia operária, da pequena burguesia radicalizada, dos funcionários das empresas públicas, eles dizem: “Você quer que quebrems a aliança com essa nossa base tradicional antes de termos outra base. Então arriscamos perder essa sem ter outra e ficar com nada”. Há um círculo vicioso. A falta de confiança numa alternativa política inibe os petistas de correr esse risco de quebrar o vínculo e a recusa de correr o risco impede de desenvolver a clareza e confiança sobre o conteúdo da alternativa. Então, se Ciro Gomes não existisse, precisaria ser inventado. Ele ou outro. Quer dizer, não é possível que a política oposicionista do Brasil seja representada só por personagens rotulados de esquerda e ligados aos movimentos organizados no meio popular, senão não vai haver transformação no Brasil. Sabe qual é a divisão mais profunda no Brasil, hoje? Não é a divisão entre burguesia e operariado, entre esquerda e direita. O Brasil está convencido de que o país é governado por um cartel de interesses organizados. Alguns deles de classe média, outros do empresariado, outros do operariado. E a maioria desorganizada se ressentida dessa ditadura dos interesses corporativos. Então, não há nenhuma política transformadora viável no Brasil, hoje, que consiga falar por essa maioria desorganizada e lhe oferecer um caminho produtivo de mudanças institucionais. É isso que cria a oportunidade e a necessidade do surgimento de quadros de oposição fora da esquerda tradicional. Agora vamos a Ciro Gomes. Ele é tudo, menos oportunista. Ele tinha um caminho claro, que era ser eleito governador do Ceará, como quis seu antigo mentor político, Tasso Jereissati. Ele tinha uma eleição tranqüila. O caminho natural dele era ser eleito, organizar uma vertente do PSDB, se credenciar e aguardar a vez. Porque não aguardou o que foi qualificado pelo Fernando Henrique Cardoso como fura-

filas. Ingressou num caminho em que sabia ter pouquíssima chance de êxito, ficando sem mandato, ingressou num pequeno partido, claramente isso não foi uma jogada, foi um entendimento com o PPS e seus líderes, aquilo era para ser o primeiro componente de uma base mais ampla. Partidos políticos não elegem presidentes no Brasil – eles são detentores de certos recursos políticos muito importantes, como tempo de televisão. Partidos políticos são importantes para sustentar governos. E alianças políticas mais amplas se constroem no curso da caminhada em direção ao poder. Houve um isolamento deliberado da candidatura de Ciro Gomes, o que era previsível. O Palácio a considerava a única candidatura perigosa, e queria manter o Lula no centro do ringue. Esse foi o plano desde o início, que era abertamente comentado em toda a imprensa estrangeira. Na imprensa estrangeira, o Ciro Gomes era tratado sempre como o único candidato perigoso.

Nicodemus Pessoa - Como se daria a construção de uma poupança interna que nos permitisse enfrentar o lobby financeiro a que o senhor se referiu antes?

Roberto Mangabeira Unger - É claro que as alternativas políticas estão ligadas reciprocamente a alternativas econômicas. E a alternativa econômica exige como condição preliminar, hoje, a construção de uma base de financiamento interno para substituir a dependência desesperada do *funding* externo. É claro que essa é uma condição que só vale pela relação com os outros elementos da alternativa econômica. Então, reduzindo o problema a seus termos mais simples, digo: a alternativa a longo prazo é a democratização do mercado. Usar os poderes e os recursos do Estado para levantar a retaguarda da economia brasileira e vencer o fosso entre a vanguarda e a retaguarda. Isso implica continuar a obra inacabada da luta contra o patrimonialismo que nos sufoca e desmoraliza. Os favores do Estado brasileiro continuam, apesar de tudo que aconteceu no país, a ser dirigidos para os graúdos. Basta ver o que aconteceu agora com o processo de privatizações de que falamos. A condição para progredir no caminho dessa alternativa é o salvamento financeiro do Estado brasileiro. E isso implica uma queda de braço com o *lobby* mais poderoso hoje, o *lobby* dos credores internos do Estado. E implica, de outro lado, um esforço para não só criar as bases da poupança interna – a poupança privada compulsória –, mas também, sobretudo, regularizar a relação entre poupança e produção.

Wagner Nabuco - E como é isso de poupança compulsória? Chega no meu dinheiro lá e tira metade do que tenho?

Roberto Mangabeira Unger - Pessoalmente eu defendo, sempre dentro desse contexto maior e não como medida permanente, uma poupança compulsória proporcional à renda das pessoas e que seria combinada na base da pirâmide da renda com o seu inverso, que é a renda mínima garantida, a complementação dos salários mais baixos. É claro que nada vale insistir na poupança sem organizar os mecanismos que encaminhem essa poupança para o investimento produtivo. Poupança não é fim em si mesmo: neste momento histórico precisamos dessa poupança como um escudo de proteção à rebeldia nacional. Porque a dívida interna é o instrumento da escravidão financeira do Estado brasileiro. Antes do Real, havia uma classe no Brasil e um conjunto de interesses que estavam na berlinda. Tinham um dinheiro especial, dinheiro superindexado, indexado diariamente e lucravam com a inflação. Agora, com a estabilização da moeda, esse dinheiro milagroso de multiplicação dos pães em favor dos bancos e da classe A foi reinventado. Essa mesma classe continua a desfrutar da magia das contas super-remuneradas dentro de um regime pós-inflacionário. E aí está o nó górdio que precisa ser cortado pela decisão política. Hoje, os credores do Estado brasileiro são os bancos e a classe A detentora de contas super-remuneradas nesses mesmo bancos. Quando o Estado ameaça pagar menos juros e pagar em prazos mais longos, essa gente ameaça tirar o dinheiro do país. Então outra solução temporária que defendo é simplesmente cortar a possibilidade da saída. O controle da saída é uma medida efêmera e subsidiária ao enfrentamento do *lobby* mais perigoso no Brasil hoje, que é o *lobby* dos credores internos do Estado.

o pensador da esperança

Marina Amaral - **O senhor falou do lobby dos credores internos que escraviza o governo. E a dependência do capital externo?**

Roberto Mangabeira Unger - Se não tivermos um nível mais alto de mobilização dos recursos nacionais, ficamos a depender do financiamento externo. E o financiamento externo vem com condições. O princípio geral é que o capital estrangeiro é tanto mais útil quanto menos se dependa dele. Não basta ter essa poupança interna, se simultaneamente não reorganizarmos a relação entre poupança e produção. Em todas as economias de mercado contemporâneas há uma relação tênue entre a poupança e a produção. E, numa economia como a nossa, essa relação é ainda mais atenuada. A poupança está servindo à jogatina financeira e a produção é obrigada a autofinanciar-se através dos lucros retidos. Então, temos que abrir novos canais, novas pontes entre a poupança e a produção. E seria uma oportunidade para democratizar o acesso aos recursos produtivos do país, criando fundos descentralizados, vocacionados para investir em pequenas e médias empresas e em empreendimentos emergentes.

Leo Gilson Ribeiro - **Kissinger disse que não se pode permitir a existência de um novo Japão na América do Sul, que seria o Brasil. Na sua opinião, pelas regras geopolíticas, o Brasil será eternamente uma espécie de plantation para a filha do Clinton, ou o Brasil será eternamente um país do futuro?**

Roberto Mangabeira Unger - Sempre exageramos, como uma espécie de álibi para os nossos próprios temores, o peso desses constrangimentos externos. Veja o caso da China, a China comunista continua a ser o país que mais recebe capital estrangeiro no mundo, inclusive capital americano. Uma coisa é a religião dos mercados, outra coisa é a realidade dos mercados. A realidade acaba apontando para onde está o crescimento, o dinamismo, a invenção e o movimento. E quem simplesmente se rendeu ao culto acaba ficando na mão. No Brasil, sempre achamos mais cômodo projetar o nosso problema para o estrangeiro em vez de enfrentar a necessidade de um conflito interno.

Leo Gilson Ribeiro - **Mas o senhor vê uma autonomia no Brasil com relação aos Estados Unidos?**

Roberto Mangabeira Unger - É claro que qualquer país emergente vai entrar em conflito com as potências existentes, isso é história, ela é feita desses conflitos. Não são essas tensões que estão impedindo o Brasil de se rebelar. Os empresários industriais dos Estados Unidos têm muito a lucrar com o desenvolvimento de alternativas industriais no Brasil. O problema maior vem de dentro do Brasil. Os brasileiros ainda não decidiram se o negócio é ter uma construção histórica, grandes conflitos, novas instituições, formas de vida, ou se o negócio é botar panos quentes, equilibrar isso aqui e viajar para a Disneylândia e importar patins.

Sérgio de Souza - **O senhor percorreu escolas, conversou com vários diretores, tem uma grande preocupação com a educação, parece que formou um juízo sobre a educação no Brasil, não é?**

Marco Frenette - **Posso acrescentar um ponto? Qual a sua avaliação dos nossos centros de saber, as USPs, Unicamps, enquanto veículos de propagação dessa idéia de grandeza que o senhor colocou?**

Roberto Mangabeira Unger - Tenho visitado escolas de todos os níveis, e vou ser inteiramente franco. A minha impressão é que não existe nenhuma boa escola no Brasil, em nenhum nível, primário, secundário ou universitário. A educação brasileira continua, em geral, voltada para o decoreba. A idéia é a transmissão de uma enciclopédia, a memória, então há uma espécie de esquizofrenia no espírito do brasileiro. O brasileiro informal, o brasileiro em casa, o brasileiro na rua é o esperto, é o culto da esperteza, a intuição, o improviso. E na escola há a enciclopédia. A memorização, o decoreba, a morte. A universidade brasileira não existe. A USP, por exemplo, você vai lá, não tem ninguém lá! (risos) É como uma estação de trem, eles entram e saem para dar aulas ou ouvir aulas. E eu disse lá que eles não podem estar espiritualmente presentes, se estão fisicamente ausentes. (risos)

José Arbex Jr. - **Professor, eu queria propor uma questão sobre cenários. A burguesia nacional, vamos dizer assim, é obrigada a se**

juntar em torno daquilo que existe, que é esse governo. Por mais que a crise se acelere, por mais que haja um ajuste cambial etc., não vejo muito como qualquer fração da burguesia vá desafiar o Fernando Henrique, porque não tem alternativas de poder fora ele. Não é a perspectiva de uma solução autoritária, com a burguesia assumindo em torno de um projeto autoritário, para inclusive suprimir certas liberdades? Porque já está havendo uma revolta social. O MST, por exemplo...

Wagner Nabuco - **Uma explosão anárquica, por não existir um instrumento de organização?**

Roberto Mangabeira Unger - Não tem explosão anárquica, isso é uma conversa que sempre existiu no Brasil. Eu me lembro dos políticos de centro no Brasil, tradicionalmente sempre conversam isso: "Temos de fazer o social, senão vem uma explosão" Tancredo Neves dizia isso, a UDN dizia isso, Ulysses Guimarães dizia isso. É uma lengalenga da política brasileira, sempre. Mas não é assim. O problema, o carma do Brasil parece ser que no Brasil não se chega a um desfecho. Há essa crise agora do estrangulamento. O que acontece é que uma parte da elite brasileira, do empresariado, se volta para fora, e consegue sobreviver internacionalizando-se. Outra parte consegue um acerto no balcão do BNDES, recebe dinheiro barato, ou faz uma jogada com os fundos de pensão. E uma parte da massa vive de uma economia quase de subsistência, vai lá, pesca o peixe no litoral e pronto. Acho uma infelicidade para o Brasil nunca conseguir ter desfechos, nunca conseguir ter rupturas em nada. Então, o risco é o do prolongamento da mediocridade. Esse é o risco num país que tem essas ilhas de auto-salvamento. Agora, ao mesmo tempo, sustento que a crise atual cria uma oportunidade de organizar esse produtivismo nacional, porque tenho conversado com os grandes empresários, constato que a maioria deles já não acredita na política financista. Compreende que uma solução clientelista é inadequada, não vai funcionar, mas vive dentro de uma cultura política e de uma realidade econômica que favorecem o bom comportamento, que desfavorecem o enfrentamento. É a tradição do país. Não é o bom comportamento que compensa, o que compensa é a rebeldia.

Carlos Azevedo - **Como o senhor diz, a chave é a mobilização dos setores desorganizados, mas a grande dificuldade é que não se consegue passar do plano político para a mobilização desses setores.**

Roberto Mangabeira Unger - Outro dia vi o presidente na televisão dizendo o seguinte: "As pessoas acham que o problema do avanço do social no Brasil é a resistência política". Não é a resistência política, o problema é que não há processos sociais que sustentem esse avanço. É como se, no *day job* dele, ele fosse empregado do Larry Summers, e no *night job* é o fantasista com a mobilização social e, porque ela não existe, ele não pode avançar, e assim por diante. Essa situação é exatamente análoga à situação dos imperadores reformadores, dos grandes impérios agrários e burocráticos da antiguidade, do Império Chinês, do Império Bizantino e do Império Otomano. Esses reformadores queriam resistir à concentração econômica e social que se processava em proveito de uma grande aristocracia latifundiária. Queriam manter uma sociedade de pequenas propriedades que daria uma base fiscal e militar para eles. Mas, ao mesmo tempo, temiam que a mobilização dos pequenos seria perigosa demais, porque escaparia ao controle. Então, a situação desse reformador imperial é que ele se sente espremido entre os magnatas de um lado, e o perigo dessa mobilização de baixo, de outro. Esse é o problema que eles vão ter.

Roberto Freire - **O senhor disse que o brasileiro não toma iniciativas produtivas, transformadoras, e que fica esperando acontecerem as soluções. Mas entrevistamos aqui um físico, o Bautista Vidal, que defende a tese da biomassa, produtos que gerariam energia tirada da floresta tropical.**

Roberto Mangabeira Unger - Eu não disse que o brasileiro não toma iniciativas. O que digo é que hoje, no Brasil, a situação é que há uma massa de gente que está buscando se auto-salvar. Não é correto ver o Brasil como um país com uma massa de mendigos de um lado e uma aristocracia burguesa de outro. O que caracteriza o Brasil, hoje, é a existência de milhões de pequenos empresários, técnicos, pessoas que estão tentando se qualificar, que estão frequentando cursos noturnos, que estão buscando abrir seu pequeno negócio, que estão entrando numa igreja evangélica para praticar alguma espécie de auto-ajuda, e essa massa de gente se vê sem acesso aos recursos,

aos meios da autopromoção. E tem lá em cima um Estado que fala uma linguagem piedosa de caridade pública, e que está fazendo obscuros acertos com os empresários que compram as empresas privatizadas, com a gente que está pegando dinheiro do BNDES. E a solução é encontrar políticas públicas e instituições que possam criar oportunidade para aquela massa dinâmica. Para que ela não tenha que se refugiar num individualismo de auto-salvamento, para que encontre uma política que tenha a cara dela.

Sérgio Pinto de Almeida - **Professor, como o senhor avalia o processo de privatização das estatais brasileiras? Fala-se agora em Petrobrás e até em Banco do Brasil. A presença do Estado na economia não é um instrumento de fortalecimento do próprio Estado?**

Roberto Mangabeira Unger - Não sou contra nem a favor da privatização. Acho que a privatização não deve ser tratada como tema ideológico. A privatização poderia ter sido justificada estrategicamente, se o dinheiro da privatização tivesse sido usado para pagar a dívida pública e libertar o Estado do jugo financeiro. Mas não foi. Onde está o dinheiro da privatização? Ninguém sabe. Sumiu. Quer dizer, serviu no fundo para instrumentalizar uma barganha implícita do Estado brasileiro. É como se o Estado tivesse dito ao grande empresariado: "Vocês vão ter de agüentar um pouco mais de concorrência estrangeira, mas em troca vamos dar a alguns de vocês oportunidade de fazer negócios da China com a privatização subsidiada do patrimônio público". O avanço da ideologia de mercado foi aceito em parte pela classe média do Brasil porque foi visto como a oportunidade de diminuir o corporativismo e o patrimonialismo, e afrouxar a mão dos privilégios escudados no poder. Mas, em vez disso, serviu para criar um novo conjunto de apaniguados, de empresários aventureiros que são criaturas do Estado. Foram criadas pelo Estado, com dinheiro do Estado.

Roberto Mangabeira Unger - Defendo a idéia do engrandecimento. Para mim, o objeto da política e da moral é a criação de uma pessoa que possa viver num mundo sem estar diminuída pelo mundo. Que possa manifestar essa capacidade de transcendência, de transbordamento que é a personalidade humana. E que a democracia é, no fundo, um instrumento para a criação de um mundo que seja mais aberto para o reconhecimento da personalidade. Da personalidade transcendente, em que possamos reconciliar esses ideais de ligação com os outros, e ao mesmo tempo de engrandecimento pessoal. Como podemos amar e ser grandes ao mesmo tempo. Esse é o problema central.

José Arbex Jr. - **O senhor está somando o além-do-homem do Nietzsche com as teorias do Marx?**

Roberto Mangabeira Unger - Não, estou dizendo que esse é um problema já interno nas grandes religiões, porque no cristianismo, por exemplo, os dois grandes temas são o tema do amor e o tema da transcendência. O homem criado à imagem de um Deus infinito, preso num mundo finito. A questão é qual é a relação entre esses dois temas. Qual é a relação entre a idéia de que a salvação está nos outros, e a idéia de que somos mais do que o mundo que habitamos. Isso é o que é mais profundo na nossa civilização. Vejo a democracia como a criação das condições práticas de um mundo social mais hospitaleiro à manifestação dessa personalidade, que pode ser ao mesmo tempo ligada aos outros e engrandecida. E o que aconteceu, muitas vezes na nossa cultura, no desenvolvimento da civilização ocidental, é que esses ideais de solidariedade e engrandecimento divergiram, e se tornaram inimigos um do outro. E aí é que é a perdição. Porque sermos grandes sem sermos ligados, ou ligados sem sermos grandes, são duas formas de estrangulamento, sufocamento da personalidade.

José Arbex Jr. - **Mas até que ponto se pode conciliar a vontade da maioria com a vontade individual? Esse é um problema insolúvel.**

Roberto Mangabeira Unger - Não é insolúvel. O caminho da democracia é o caminho de criar o mundo aberto aos experimentaismos. O mundo em que as pessoas estão menos dominadas por um roteiro preestabelecido de divisão e hierarquia social e isso é que exige uma grande esperança. Comparando os Estados Unidos com o Brasil, acho que um defeito que a cultura americana tem é que há um ceticismo em relação à política e às soluções coletivas. A idéia é que os Estados Unidos encontraram uma solução instituci-

onal definitiva. Por outro lado, uma grande força que os americanos têm é a de serem refratários ao cinismo e à desilusão. Têm grandes esperanças, grandes ambições, tudo pode ser resolvido. E eu gostaria de ver a concepção das grandes possibilidades combinada com o poder criador da política, para transformar a organização da vida social.

Sérgio de Souza - Como o senhor vê o MST?

Roberto Mangabeira Unger - Acho que é uma das únicas formas de organização dessa maioria desorganizada. Isso é o positivo, mas o negativo é que, para a classe média brasileira, isso virou uma espécie de simbologia. A experiência do homem de classe média no Brasil é uma experiência de impotência, de bloqueio. Então, é um homem branco, de classe média, sem muito futuro, sem poder, que em casa pode tyrannizar uma criada, uma empregada de cor e se sente apertado de todos os lados. E aí pode ter um movimento distante, no campo, que é uma espécie de fantasia compensadora. Esse é o lado negativo: é tão distante das condições práticas da vida urbana da classe média, que, em vez de oferecer o exemplo de um caminho, acaba sendo a dramatização de uma alternativa impossível. Em todos os aspectos. E acho que a chave da solução do problema brasileiro é tratar esse sentimento de impotência dos brasileiros, eles se sentem impotentes. O presidente da República se sente impotente. Ele diz a todo mundo que é impotente. Que não tem poder de encontrar a

saída. Na psicologia da esperança, o fato mais importante a compreender é que a esperança é muito mais a consequência da ação do que a causa da ação. Então, ganhando ou perdendo, você atua, e essa ação cria esperança, e lhe dá energia para o passo seguinte. Voltando ao

Roberto Mangabeira Unger - Não há uma prática generalizada de corrupção no Brasil. A classe média brasileira continua tendo padrões de exigência muito altos. O que há no Brasil, sobretudo, é desesperança. Esse é o problema central do país, o da classe média. Tudo o que aconteceu de importante na história brasileira aconteceu naqueles momentos em que a classe média se separou da plutocracia e assumiu a liderança de um projeto nacional. Assim foi com a agitação pela República, com a abolição da escravidão, com a Aliança Liberal, com o desenvolvimentismo dos anos 50, com a campanha das Diretas Já, e assim por diante. Agora, a classe média está fragilizada economicamente e espiritualmente. Economicamente, porque o Estado não consegue executar a sua prestação social – sem transporte público, sem educação pública, sem hospital público, a classe média não tem margem de manobra econômica, e por outro lado a escola pública e o hospital público só vão prestar quando a classe média estiver dentro deles. E está fragilizada espiritualmente porque assimilou da Europa e dos Estados Unidos uma cultura de desilusão política. Foi uma tragédia para o país haver recebido a cultura da desilusão política antes de haver acelerado as condições da liberdade coletiva. Não podemos nos dar ao luxo de nos desiludirmos com a política, como se fôssemos suíços ou suecos, morando num país em que tudo depende do encaminhamento coletivo de problemas coletivos. É o problema central, porque a classe média continua a ser o centro de gravidade da política brasileira, e a classe média está inibida. É hoje o foco da desesperança brasileira, e ela teria de ser levantada. Teria de passar por um desses momentos de desilusão em que ela assume a liderança de um projeto nacional.

Roberto Freire - Fica difícil resolver isso com um presidente que gosta de ser impotente.

Roberto Mangabeira Unger - Sim, mas o presidente não é a solução, não pode ser a solução. A solução tem de vir da criação

“Não podemos nos dar ao luxo de nos desiludirmos com a política, como se fôssemos suíços ou suecos”

tema prático do início da conversa, se conseguirmos agora fugir dessa alternância entre financismo antiprodutivo e produtivismo clientelista, e começar a organizar o produtivismo democratizador, podemos ingressar num período de afirmação nacional em que os brasileiros sintam a capacidade de resistência, de reação coletiva. E esse é o clima indispensável para todas as outras soluções.

Sérgio de Souza - Mas isso não inclui a detenção do poder, por exemplo?

Roberto Mangabeira Unger - Sim, mas começa agora. Quer dizer, o ideal é que o presidente mudasse o rumo, forçado e apoiado por grandes elementos da sociedade. Mas a sociedade vai construindo isso, há governadores de oposição, há empresários divergentes. Eles vão organizando o espírito, que ou triunfa agora ou triunfa na etapa seguinte.

Sérgio Pinto de Almeida - O senhor acha que o presidente Fernando Henrique Cardoso é um traidor?

Roberto Mangabeira Unger - Acho que o presidente tem se mostrado um homem fraco, num país cheio de gente fraca no momento. Essa que é a verdade. É um país que tem a cultura da fraqueza. Seria um erro particularizar isso no presidente, porque aí seria uma forma de eximir o país. A verdade é que o presidente é muito característico desse momento nacional. E muito característico da idéia da sobrevivência e da esperteza, dessa idéia de encontrar por baixo, por improviso, os caminhos da adaptação.

Sérgio de Souza - A cultura da corrupção não é um problema?

de um projeto político e econômico na sociedade brasileira, que pode ou não envolver o presidente. O presidente está perdido, está buscando saída, como todo mundo. E a solução tem de vir de fora. Ou ele será um instrumento dessa solução construída fora do poder ou a solução se imporá na etapa seguinte, não importa. O que importa é que ela venha, e ela exige a formação de um ideário, de um movimento de idéias, e ao mesmo tempo de um conjunto de iniciativas políticas. E tem de vir da sociedade brasileira. Só a sociedade brasileira pode salvar-se a si mesma. Ela não pode ser salva de fora do país, nem por uma tecnocracia esclarecida, nem por um presidente arrependido.

Sérgio de Souza - Nessas suas andanças, o que o senhor sentiu da juventude?

Roberto Mangabeira Unger - Começa uma excitação subterrânea no país. Claramente na classe média, nos ambientes organizados de classe média, há uma grande busca. O Brasil de Benjamin Constant, de Rui Barbosa é o mesmo Brasil que existe hoje. Está por baixo, sem voz, sem veículo, mas é a mesma coisa. Aparecem os Rui Barbosa e os Benjamin Constant, eles estão aí. O que não há é a forma concreta do caminho. É preciso construir o caminho.

Roberto Freire - É a discussão.

Roberto Mangabeira Unger - É a discussão, é uma iniciativa política, é uma iniciativa da cultura do pensamento, que exige essa coisa intangível e imensamente importante que é a mudança de atitude. Que num momento parece impossível e no outro momento ocorre. ■